

O autoritarismo golpista na educação: quando o pobre paga a conta

Eliton Felipe de Souza¹

Palavras-chave: educação; autoritarismo; resistência; Michel Temer; ditadura; golpismo.

Resumo: este trabalho tem como objetivo cotejar as ações autoritárias na área da educação a partir de medidas adotadas durante a ditadura militar e o governo Michel Temer, como forma de demonstrar alguns dos continuísmos políticos dos governos golpistas. Durante esta pesquisa foram analisados documentos publicados pelo governo Temer, propostas legislativas da base aliada no Congresso e a documentação produzida pelo Ministério da Educação, além do material divulgado pela imprensa. Outrossim, foram investigados para fins de cotejamento, as ações dos militares registradas em documentos e em vasta produção bibliográfica. Além disso, procurou-se investigar as reações da sociedade civil, de estudantes, educadores e comunidade escolar aos desmandos do Estado.

Enquanto você dorme eles planejam um novo golpe [...] conspiram ministérios [...], iludem livremente em rede nacional [...], governam para a exploração do capital. (Caio Prado)

Introdução

Ao escrever o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2009, p. 25) lembrou que “em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes”. No entanto, Marx completa a frase hegeliana com “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

O que o autor não previra é que, mais de 150 anos depois de as escrever, aquelas palavras se aplicariam tão bem ao maior país da América do Sul, o Brasil. Com um hiato de 52 anos, os brasileiros viram a democracia burguesa ser assolada por dois golpes de estado, um civil-militar, em 1964, e outro civil, em 2016:

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as

¹ Historiador, mestre em sociologia política, doutorando em história do tempo presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista do Programa de bolsas universitárias de Santa Catarina – UNIEDU.

coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, afim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2009, p. 25-26).

O ano de 2016 foi marcante para a história brasileira. Desde os primeiros dias a situação política, assim como a economia do país, vinham se degradando e sofrendo com as agressões de grupos interessados na mudança de governo e que não se conformaram com o resultado das eleições de outubro de 2014. Muito ainda será conhecido conforme arquivos particulares e públicos forem sendo abertos nos anos que virão, no entanto, momentos importantes deste ano já podem ser estudados possibilitando o conhecimento de alguns dos motivos que levaram a presidenta eleita, Dilma Rousseff, a ser deposta.

Contudo, é impossível não perceber as semelhanças no modo autoritário de conduzir as políticas públicas deste quase um ano de governo, com as ações adotadas pelos militares após a deposição do presidente João Goulart.

Este trabalho pretende, portanto, cotejar algumas medidas adotadas pelos dois governos brasileiros que, ainda que separados por mais de 50 anos, apresentam similaridades que vão desde o modo de ascensão dos governantes e o silêncio da Suprema Corte, até a política internacional subserviente aos países desenvolvidos e subimperialista aos vizinhos mais pobres ou mais fracos politicamente. Neste trabalho, no entanto, pretendo me ater as mudanças implementadas por Temer e seus asseclas na área da educação.

Antes de tudo é preciso compreender os processos que desencadearam a queda do presidente João Goulart, em 1964, e da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. No primeiro caso as forças armadas tomaram o país de assalto por meio de um golpe civil-militar², culminando um processo que se estendia por décadas; no segundo caso, inconformados com o resultado do pleito de 2014, o grupo político do candidato derrotando Aécio Neves, do PSDB, atravancaram as pautas no Congresso, agravando a crise política e econômica do país.

Sobre o rechaço às urnas, o clamor das ruas e a “imparcialidade” da imprensa

Os meses que antecederam a derrubada do presidente, em 1964, foram conturbados. João

2 Optamos pela denominação “civil-militar”, utilizada por Reis (2012), pois entendemos que ela enfatiza melhor a natureza do golpe que foi orquestrado por setores da sociedade civil e das Forças Armadas. Entendemos, porém, que o que se seguiu ao golpe foi uma “ditadura militar”, onde os civis estiveram subordinados aos militares.

Goulart só pôde assumir a presidência graças a campanha da legalidade deflagrada por Leonel Brizola e que garantiu a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros. Cinco décadas depois, a oposição fez tudo o que pôde para que o resultado das urnas não fosse respeitado. Dilma Rousseff foi eleita em 26 de outubro de 2014 e quatro dias depois, o departamento jurídico do PSDB entrou com um pedido de auditoria no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a fim de verificar a lisura da eleição presidencial. O processo que se desenrolou por quase um ano na justiça, veio seguido de um pedido de cassação do registro da candidatura vencedora, em dezembro de 2014:

A decisão de promover uma auditoria das urnas foi tomada apenas quatro dias depois do 2º turno das eleições presidenciais do ano passado e foi o primeiro movimento do PSDB de contestação ao resultado do pleito. Em dezembro, o partido abriu outra frente ao protocolar no TSE um pedido de cassação do registro da candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer com alegação de que eles teriam praticado abuso do poder político e econômico na campanha eleitoral (ESTADÃO, 2016).

Goulart era acusado pela oposição de ser comunista e de estar “instaurando uma ditadura comunista” no Brasil. O mesmo mantra reproduzido constantemente, país à fora, a respeito da presidenta Dilma Rousseff e do partido dos Trabalhadores:

Um bando de mercenários a soldo da União Soviética de então, de seu satélite Cuba, pobre ontem e paupérrima hoje, e da China, tentavam implantar o comunismo em nossa pátria. Atualmente, aqueles que restaram daquele grupo, mais uma quadrilha de aproveitadores, voltam a ameaçar a nossa liberdade, agora de maneira mais sutil beneficiados pela democracia da qual, hoje e sempre se aproveitam, para destruí-la e depois usá-la (FERREIRA, 2013, p. 6).

As grandes manifestações populares pedindo a saída de ambos chefes de Estado brasileiros, no entanto, tiveram motivações diametralmente diferentes. Enquanto as primeiras tiveram como estopim o anúncio da desapropriação de terras para a Reforma Agrária, no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, as segundas surgiram a partir das denúncias de corrupção envolvendo agentes do governo e da oposição, assim como megaempresários, em duas grandes operações da Polícia Federal: a Zelotes³ e a Lava a jato⁴.

3 No fim de 2013 a polícia Federal deu início as investigações no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão da Fazenda onde contribuintes podem contestar administrativamente, sem ter que passar pela Justiça, certas tributações aplicadas pela Receita. As apurações da PF levaram a operação realizada por diversos órgãos federais contra um esquema de sumiço de débitos tributários, onde grandes empresas e bancos são acusados de pagar propina para se livrarem de dívidas, desfalcando os cofres públicos. Entre estas empresas estariam o grupo RBS, afiliado da Rede Globo, as montadoras Ford e Mitsubishi, a BR Foods, Gerdau, Camargo Corrêa, Light, Petrobras e os bancos Bradesco, Santander, Safra, BankBoston e Pactual. (Ver mais em CARTA CAPITAL 2016).

4 As investigações tiveram início a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, quando foram processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Este esquema vem ocorrendo há décadas e beneficiando grandes empreiteiras organizadas em cartel e que pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. Em março de 2015, a operação tomou novos rumos, quando o Procurador-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a

Empresários e partidos políticos da oposição passaram a financiar grupos de direita surgidos após as grandes manifestações de 2013 para que estes se encarregassem do movimento de rua. Em entrevista ao Portal de notícias *Diário do Centro do Mundo*, Bráulio Fazolo, ex-dirigente do Movimento Brasil Livre (MBL), um dos principais grupos contrários a presidenta Dilma, afirmou que a “questão do PMDB ter destinado fundos para pixulecos, panfletos, movimentação de pessoas que foram a Brasília acompanhar o impedimento sempre foi tratada com bastante tranquilidade, porque eles [os dirigentes do movimento] passavam para a gente que o PMDB era uma peça fundamental no impedimento” (SACRAMENTO, 2016). A entrevista foi concedida dias após a saída de Fazolo do movimento, quando este divulgou à imprensa áudios em que dirigentes confirmavam as ligações financeiras do MBL com o PMDB, DEM e PSDB⁵.

Tal qual em 1964, o tratamento dado pela imprensa brasileira foi “exemplar”. O golpe contra Goulart foi precedido por uma imensa cobertura midiática:

A imprensa tornou-se peça-chave na conspiração contra Goulart em fins de 1963, [...], quando três dos principais jornais cariocas — O Jornal, dos Diários Associados, Jornal do Brasil, da família Nascimento Brito, e O Globo, da família Marinho — uniram vozes na chamada Rede da Democracia, um arranjo midiático a favor da destituição do governo de Goulart. O movimento era inspirado no seu contrário, a Rede da Legalidade, organização de resistência liderada três anos antes por Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul, contra a quebra da legalidade constitucional articulada pelo Exército, Marinha e Aeronáutica na tentativa de impedir que Jango assumisse o governo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 (ANDRADE, 2014, p.21).

A Marcha da família com deus pela liberdade, em março de 1964, foi propagandeada pelos jornais do país inteiro, anunciando e convocando a população a participar⁶, assim como a imprensa ocultou pesquisas que apontavam a ampla aceitação da população à reforma agrária e a grande popularidade do Presidente Jango. As vésperas de ser deposto, o IBOPE realizou três entrevistas no estado de São Paulo, em todas elas Goulart era visto como o principal candidato a reeleição (ainda que esta não fosse permitida no período). Além disso, 72% dos moradores da cidade de São Paulo avaliavam o governo entre regular e ótimo e a penas 19% entre mau ou péssimo. Outro ponto importante da pesquisa era em relação as reformas de base e a reforma agrária propostas pelo

apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 deles possuem foro privilegiado, integrando ou relacionados a partidos políticos (Ver mais em MPF, 2016).

5 O portal UOL divulgou no dia 27 de maio as gravações feitas por Fazolo o que foi repercutido imediatamente pela imprensa. Os áudios podem ser ouvidos em Segalla e Lopes (2016) e em Grupo Bandeirantes de Comunicação (2016).

6 A cobertura da imprensa se estendeu de Norte a Sul do Brasil, o destaque do *Jornal da Bahia*, por exemplo, pode ser visto em MOTA (2012), os jornais *O Estado de Minas*, de Minas Gerais, *Correio da Manhã* e *O Globo*, do Rio de Janeiro, assim como o *Estado de São Paulo*, de São Paulo, e os jornais *Folha do Comércio* e *Jornal da Associação Comercial do Paraná*, ambos do Paraná, podem ser vistos em CODATO; OLIVEIRA (2004).

presidente. Para 79% da população estas reformas eram consideradas necessárias e “o percentual de pessoas que as achavam desnecessárias era muito pequeno e a opinião favorável à urgência nas reformas ficou em torno de 40%. Outras [...] enquetes sobre a reforma agrária [...] revelam [...] apoio em torno de 70% [...] em várias capitais brasileiras” (MOTTA, 2014, p. 07).

Da mesma forma, a mídia deu enorme atenção as manifestações contra a presidenta Dilma. A Rede Globo, por exemplo, acostumada a não mostrar, criminalizar grandes manifestações de rua⁷, trouxe inserções ao vivo mostrando manifestantes com camisas da CBF, em 13 de março de 2016, o que não se repetiu no dia 18, quando milhares foram às ruas pela democracia. A disparidade entre as transmissões foi tão grande que chegou a ser ironizada por funcionários da própria Rede Globo. Pelo Twitter a atriz Leandra Leal disse “@GloboNews estou trabalhando e assim como domingo e ontem, queria acompanhar as manifestações, cadê a cobertura ao vivo?” (O POVO, 2016).

Seguindo a mesma linha, a capa de “*O Globo* de sábado 19 é flagrante. Sobre os protestos do dia 13: 'Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro'. Sobre o dia 18: 'Aliados de Lula e Dilma fazem manifestações em todos os estados'. Ou seja, no domingo [...] “o Brasil” que foi às ruas. Na sexta, “os amigos de Lula e Dilma” (BARBOSA; MARTINS, 2016).

A educação como mercadoria – o pobre pagando as conta do golpe

Após montar um ministério apenas com homens brancos de meia idade, o governo Temer, pautado pela falsa premissa da contenção de gastos, passou a agir de forma contundente sobre questões nevrálgicas da sociedade brasileira. No dia 22 de setembro de 2016, os brasileiros foram surpreendidos pela medida provisória nº 746 que redefinia o formato do ensino médio. Ação imediatamente refutada pela comunidade escolar e acadêmica do país. Em seguida, veio a PEC 245, que reduz o investimento em áreas como educação, saúde, segurança, ciências e tecnologia, entre outras, para garantir verbas para o pagamento da dívida pública e no começo de 2017 a tão famigerada reforma da previdência que além de, praticamente, impossibilitar a aposentadoria da maioria da população brasileira, ainda retira direitos reservados a categorias como a dos

⁷ Como no discurso de Arnaldo Jabor, proferido em 12 de junho de 2013, logo depois da repressão sobre os manifestantes do Movimento Passe Livre durante manifestação contra o aumento na tarifa do transporte coletivo da cidade de São Paulo. Entre outras coisas, Jabor terminou dizendo que “realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos” (JABOR, 2013). O protesto, no entanto, desencadeou a maior onda de manifestações na história do país e, alguns dias depois, o jornalista foi obrigado a se retratar publicamente.

professores.

Atualmente os professores podem se aposentar com 65 anos para os homens e 60 para as mulheres ou por tempo de serviço, 35 e 30 anos respectivamente, contanto que esse valor, somado a idade, atinja 85 anos para as mulheres e 95 para os homens. Além disso o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos. Com as novas medidas, a aposentadoria virá somente após os 60 e 65 anos, com, pelo menos, 25 anos contribuindo:

A reforma proposta ainda extingue as aposentadorias especiais para servidores sujeitos à atividade de risco, como os policiais e bombeiros, bem como para professores de ensino infantil, fundamental e médio. Essas categorias hoje têm direito à aposentadoria após 30 anos de contribuição, para homens, e 25 anos de contribuição, para mulheres, sem idade mínima (BRASIL, 2017).

Se antes da derrubada de Dilma a luta pela ampliação do investimento em educação, com a ascensão do novo governo, a luta tornou-se pela manutenção das conquistas já alcançadas. É importante notar aqui, que o Ministro Mendonça Filho, da educação, é filiado ao Democratas (DEM), partido que sempre foi contrário as medidas de democratização do acesso ao ensino superior. O partido se opôs ao Programa Universidade para Todos (ProUni), ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e em 2009 ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o fim da política de cotas. Além disso, a bancada do DEM foi contrária a destinação de 50% do fundo do pré-sal para a Educação e 75% dos royalties do petróleo para o setor.

Assim como Jânio Quadros e Goulart barraram os interesses das empresas estrangeiras, a presidenta Dilma sancionou a lei que destinava 75% dos royalties do petróleo do pré-sal para a educação e 25% para a saúde⁸. Com Temer no poder, no entanto, as mãos estrangeiras foram estendidas sobre as jazidas. O senador José Serra (PSDB) foi alçado a posição de Chanceler brasileiro e não bastasse a quantidade de irregularidades encontradas nas administrações das quais fez parte⁹ e as denúncias de corrupção¹⁰, a relação próxima entre Serra e as multinacionais do

8 Ver mais em UOL Educação (2016).

9 No início de 2016 descobriu-se que o gabinete do Senador empregava como funcionária fantasma Margrit Dutra Schmidt, cedida pela liderança do bloco da oposição em 30 de março de 2015, sem nunca aparecer para trabalhar (AMADO, 2016); em 2013 estourou o escândalo do metrô de São Paulo, onde a multinacional alemã Siemens mantinha um milionário propinoduto por quase 20 anos por sucessivos governos do PSDB para desviar dinheiro das obras do Metrô e dos trens metropolitanos (RODRIGUES, et al., 2016)

10 Serra foi acusado por dois executivos da Odebrecht em acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília, e a força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba. Pedro Novis, presidente do conglomerado de 2002 a 2009 e atual membro do conselho administrativo da holding Odebrecht S.A. e o diretor Carlos Armando Paschoal, que atuava no contato junto a políticos de São Paulo e na negociação de doações para campanhas eleitorais, afirmaram que o chanceler recebeu R\$ 23 milhões por meio de contas na Suíça para a campanha presidencial de 2010.

petróleo abriu caminho para a entrega de uma das maiores riquezas brasileiras¹¹.

Para garantir os interesses estrangeiros sobre o pré-sal, Serra protocolou, em 19 de março de 2015, o projeto de lei nº 131/2015 que alterava a lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispunha sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas¹². Com Temer no poder, a proposta de emenda tramitou em regime de urgência e, aprovada como Lei Ordinária 13365/2016¹³, revogou a participação obrigatória da Petrobras no regime de partilha do pré-sal.

Outrossim, Mendonça Filho escolheu para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior o economista Maurício Costa Romão, do Instituto de Pesquisas Maurício de Nassau, uma das várias empresas da Ser Educacional, maior rede de faculdades privadas do Nordeste. O ministro já se colocou favorável, também, a mudanças no sistema público de educação, propondo, inclusive, a cobrança de mensalidades em Universidades Federais.

Como era de se esperar, o ano de 2017 teve início com transformações nos programas educacionais, o Enem, por exemplo, passou por mudanças e, agora, quem precisa de isenção da taxa de inscrição terá mais dificuldade em consegui-la, pois o governo aumentou o a quantidade de documentos necessários para comprovação de baixa renda; as disciplinas foram aglutinadas por área do conhecimento o que torna mais complicada a resolução das questões pelo acúmulo de conteúdo. Serão 4h30 de cálculos (exatas e ciências da natureza), e 4h30 de interpretação de texto (humanas e redação). Outro ponto importante é o fato de que os adultos que não concluíram o ensino médio não terão mais direito ao diploma após fazer a prova. De todas as mudanças no Enem, no entanto, talvez a mais danosa à educação brasileira seja o fim da divulgação das notas por escolas. Segundo Mendonça Filho, “o ranking das escolas é utilizado como propaganda e não é missão do Estado brasileiro estabelecer esse ranking, produzia um desserviço e uma desinformação”¹⁴. Todavia, em 2016, o MEC divulgou a lista de instituições de ensino sem os nomes dos Institutos Federais, uma maneira de maquiagem os resultados, dando a entender que as escolas públicas não teriam condições de

O Chanceler aparece na lista de políticos encontrada na casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Barbosa da Silva Júnior, preso durante a 23ª fase da Operação Lava Jato. Novis e Serra são amigos pessoais e “o tucano é chamado de 'vizinho' em documentos internos da empreiteira por já ter sido vizinho do executivo. O ministro também era identificado como 'careca' em algumas ocasiões (MEGALE, 2016).

11 Sobre a relação promiscua entre Serra e as multinacionais do petróleo ver mais em Wikileaks (2016a), Wikileaks (2016b) e Wikileaks (2016c).

12 A lei pode ser vista em Brasil (2010).

13 A lei pode ser vista em Brasil (2016).

14 <http://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/ranking-do-enem-por-escolas-deixara-de-ser-divulgado-diz-mec.ghtml>

concorrer com a iniciativa privada. O que o MEC escondeu foi o fato de que entre 2014 e 2016, o número de escolas públicas entre as mil melhores do Brasil teve um crescimento exponencial, pulando de 78 para 92. Além disso, é sabido que muitas instituições privadas selecionam os alunos para garantirem melhores notas. “Em 19 unidades das 100 melhores, ao menos 80% dos alunos não cursaram os três anos do ensino médio na escola – o que representa uma a cada cinco escolas da lista. No Enem 2014, eram 15 escolas com esse perfil entre as 100 primeiras” (SALDAÑA, 2017).

É o caso do Colégio Integrado Objetivo de São Paulo que faz questão de propagandar o primeiro lugar da lista, mentira exposta pelo jornalista Mateus Prado, do Estadão:

A escola que se auto intitula a primeira colocada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ocupa, ao mesmo tempo, a 1ª e a 569ª posição no ranking que a imprensa faz com os resultados do ENEM. E faz 5 anos que a escola usa do mesmo expediente (fingir ser outra escola para ficar em primeiro lugar no ENEM) e ninguém toma nenhuma providência. Como ela fez isto? Fácil. A escola, localizada na Avenida Paulista, em 2009 separou numa sala diferente os alunos que acertavam mais questões em suas provas internas. Trouxe, inclusive, alguns alunos de suas franquias pela grande São Paulo. E “criou” uma outra escola (abriu outro CNPJ), mesmo estando no mesmo espaço físico. E de lá pra cá esta ‘outra escola’ todo ano é a primeira colocada no ENEM. A 569ª posição é a que melhor reflete as condições da escola. O 1º lugar é uma farsa (PRADO, 2017).

E este não é o caso mais absurdo, entre as 15 melhores, 4 são de um mesmo grupo de ensino:

Não é diferente com a plataforma Eleva, que se gaba de ter nas suas unidades do Rio, Pensi, 4 das 15 escolas mais bem avaliadas. Lá a estratégia é mais discreta: fazer turmas mínimas com alto grau de filtragem. Depois, é só usar essa elite para fazer de conta que o resto é tão bom quanto. O investidor da plataforma, Jorge Paulo Lemann, um cidadão honesto e vencedor, não se deu conta do que estão fazendo em seu nome (SEMLER, 2017).

Jorge Paulo Lemann, o maior bilhonário brasileiro, possui uma fundação que tem como missão “colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade” e como visão “um Brasil justo e avançado, onde todos têm a oportunidade de ampliar o seu potencial para fazer escolhas e criar impacto positivo no mundo”¹⁵. Para a Revista Forbes, “Lemann está investindo na educação para mudar o Brasil”¹⁶. A pergunta a se fazer é “mudar o Brasil para quem?”.

No entanto, mostrando que Marx tinha razão, esta história de ataques aos serviços públicos não é nenhuma novidade na política autoritária brasileira. Quando os militares assumiram o governo, em 1964, o sucateamento da coisa pública e as privatizações também avançaram. Na política educacional, a Constituição de 1967 desobrigou a União a investir o mínimo de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) e os estados e municípios a alocarem 20% do orçamento na área,

15 Ver mais em Fundação Lemann (2017).

16 Ver mais em Teixeira (2017).

conforme era previsto na Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961. Em 1970, o investimento caiu para 7,6%, 4,31% em 1975 e 5% do PIB em 1978. Além disso, a constituição de 1967 trouxe outra mudança importante que foi a abertura do ensino para a iniciativa privada. “Em 1969, o Regime reforçou esse caráter por meio da Emenda Constitucional nº1, considerada por muitos como uma nova Constituição, que previa em seu artigo 176 que “[...] o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos” (ZINET, 2016).

Segundo Assis (2012, p. 335), houve a expansão do ensino fundamental pelo Brasil, no entanto, “o incremento no número de vagas das escolas públicas se revestiu de um caráter meramente quantitativo, por meio da diminuição da jornada escolar e do aumento de turnos que afetaram a qualidade do ensino ofertado”. Ao mesmo tempo, os investimentos em educação ficaram cada vez mais insuficientes, degradando ainda mais o ensino:

Interferiu na estrutura física das escolas, que apresentaram condições precárias de uso; no número de professores leigos, que aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região do Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau; e nos salários e condições de trabalho dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração. Esse quadro [...] demonstra que, embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, foi ofertada a esse público uma educação de baixa qualidade e de segunda categoria. Isso manteve as taxas de evasão e repetência em níveis elevados (ASSIS, 2012, p. 336)..

Da mesma forma em que os investimentos caíam no ensino básico, a expansão do ensino superior se dava por meio do incentivo a iniciativa privada:

O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, [...] foi [...] assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. O Conselho, mediante nomeações dos presidentes da República, por indicação dos ministros da Educação, nunca deixou de ter representantes das escolas particulares em sua composição. Além disso, o lobby das instituições privadas sempre foi muito ativo, intenso e agressivo, chegando a ultrapassar os limites do decoro e da ética, o que conduziu ao fechamento do CFE pelo ministro Murílio Hingel, em 1994. Em seu lugar foi instituído o Conselho Nacional de Educação (CNE) [...]. Cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (SAVIANI, 2008, p. 300-301).

Algumas ponderações

Se tem uma coisa que 1964 ensinou a toda uma geração, foi resistir. Mesmo que os níveis de repressão não sejam equivalentes, já que na ditadura militar a tortura, principalmente depois do AI-5, “se tornou [...] institucionalizada, violenta e rotineira. [...] Muitos se calaram sobre as torturas e torturadores, [...] pelo medo que essa forma de violência criou” (SOUZA, 2015), ainda existem resquícios dessas ações que permaneçam imbricadas no judiciário brasileiro¹⁷.

Esta violência, no entanto, não calou, pelo contrário, criou movimentos de luta em prol da democracia, utilizando novas armas e reciclando antigas. Durante a ditadura, os jovens foram a ponta de lança na luta contra os militares, “o número de processados entre 1968 e 1974 chegou a quase 4.500, sendo que, [...] 2.868 tinham 25 anos ou menos e 91 sequer tinham completado 18 anos” (SOUZA, 2015, p. 63). Da mesma forma, os secundaristas e universitários brasileiros responderam ao temerário governo que assumiu após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, de maneira nunca antes vista no país. Centenas de escolas e universidades foram ocupadas pelos estudantes na tentativa de barrar as mudanças impostas ao Ensino Médio e de garantir a continuidade do sistema democrático.

Com início em dezembro de 2015, no estado de São Paulo, as ocupações escolares tinham como objetivo pressionar o governador Geraldo Alckmin para cancelar o projeto de “reorganização” que fecharia turmas e escolas estaduais. Foram mais de 200 escolas ocupadas em um único mês, seguidas de uma série de manifestações estudantis que levaram o governo a recuar.

Durante todo o ano de 2016 o exemplo paulista foi seguido em diversos estados. Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), antes mesmo do impedimento da presidenta, houve ocupações em Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas. Nestas ações os estudantes reivindicavam desde o fim das escolas militares, até a abertura da CPI para investigar fraudes na compra de merenda escolar, passando pela gestão democrática, fim da privatização de serviços das escolas estaduais e a Lei da Mordaza, entre outras coisas (UBES, 2016).

Em maio, a Escola Estadual José Gerardo Braga foi a primeira escola paranaense a ser ocupada. A luta dos estudantes era contra a falta de merenda e para acelerar a tramitação da

17 Em novembro de 2016, o juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), autorizou o uso de técnicas de tortura para forçar a desocupação de escolas públicas por estudantes do Distrito Federal. Entre as ações estavam o corte do fornecimento de água, luz e gás das instituições ocupadas, uso de ruídos para impedir o período de sono e restrição ao acesso de familiares, amigos e alimentos. Ver mais em Gomes (2016); Rover (2016).

Operação Quadro Negro, responsável por investigar o desvio de milhões de reais na construção de escolas e má administração de recursos públicos no sistema educacional do Estado (UBES, 2016). No entanto, após o anúncio da Medida Provisória 746 de reforma do Ensino Médio, em 22 de setembro, os estudantes paranaenses retomaram as ocupações da chamada Primavera Secundarista. O Paraná mobilizou mais de 800 instituições contra a MP 746, e contra a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 55, a PEC do teto que acabou sendo aprovada pelo Congresso Nacional.

Em 25 de outubro, um mês após o anúncio da MP 746, as ocupações que tiveram início no Paraná haviam se espalhado pelo país e já eram 995 escolas e institutos federais ocupados, 73 campi universitários, três núcleos regionais de Educação e a Câmara Municipal de Guarulhos, totalizando 1.072 locais¹⁸:

Não há um balanço nacional oficial. E, em algumas localidades, há divergência quanto aos números. Por exemplo, o estado do Paraná concentra o maior número de ocupações. De acordo com os estudantes, são 847 locais. Já o governo afirma que 792 escolas estão ocupadas. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 48 ocupações; Rio Grande do Sul, com 13; Goiás e Rio Grande do Norte, com nove cada, conforme dados dos estudantes (TOKARNIA, 2016).

Além dos estudantes, imediatamente após o impedimento da presidenta, milhares de pessoas foram às ruas mostrar o desagrado com a ação do Congresso Nacional. Em São Paulo, a Avenida Paulista foi tomada por mais de 100 mil pessoas¹⁹, em Florianópolis, as manifestações chegaram a marca de 20 mil pessoas no dia 06 de setembro, quase 5% da população da cidade²⁰.

Esses movimentos de resistência mostram que se 2016 foi um ano de mudanças no cenário político nacional, 2017 deve vir acompanhado de novos enfrentamentos entre as ações adotadas pelo governo de Michel Temer e a população diretamente atingida por elas. Medidas como a reforma trabalhista, que deve reduzir direitos dos trabalhadores continuarão levando a manifestações de rua e ao combate político.

Por fim, ainda que separados por mais de 50 anos, os governos militares e o de Michel Temer trazem em si imbricações que demonstram o desejo político e econômico de certos grupos sociais. As diligências de ambos na política educacional, se propondo a agradar a burguesia nacional e expressando um modelo de desenvolvimento subserviente ao capital estrangeiro é apenas parte deste desejo. Resta ainda, cerca de dois anos para a próxima eleição, o que dá tempo de sobra para que Temer, Mendonça Filho e o Congresso Nacional ampliem ainda mais as transformações,

18 Alguns dados fornecidos pelos órgãos estudantis contrastam com o assumido por algumas secretarias de estado da educação.

19 Ver mais em: Domingos; Gonçalves (2016).

20 Ver mais em: G1 (2016b).

deixando um legado de atraso e ampliação da desigualdade na educação brasileira. Às comunidades escolar e acadêmica resta a luta e a resistência junto a sociedade civil, o certo é que os enfrentamentos devem continuar a crescer.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Braços civis de uma intervenção militar. **Pesquisa Fapesp**. São Paulo, n. 2018, abril, 2014.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BARBOSA, Bia; MARTINS, Helena. **Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia**: Os meios seguem em seu papel de conduzir a opinião pública contra o governo. A cobertura dos protestos do dia 18 de março foi apenas a última prova. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia> acessado em: 19/12/2016.

BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, edição extra, n. 245-A, p. 1, 23 de dez. de 2010. Seção 1, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016. Altera a Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 229, p. 1-2, 30 de nov. de 2016. Seção 1, 2016.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 05 de dezembro de 2016. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 635, s/p. 06 de dez. de 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881> acessado em:

15/03/2017.

CARTA CAPITAL. **Conteúdos marcados com Operação Zelotes.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/tags/Opera%C3%A7%C3%A3o%20Zelotes> acessado em: 01/12/2016.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de.. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 24 no.47, 2004.

DOMINGOS, Roney; GONÇALVES, Gabriela. **Manifestação contra governo Temer fecha Av. Paulista, em São Paulo:** Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também participa do ato. Segundo organizadores, ato reúne 100 mil pessoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/manifestacao-contr-governo-temer-fecha-av-paulista-em-sao-paulo.html> acessado em: 29/12/2016.

ESTADÃO. **Auditoria do PSDB conclui que não houve fraude na eleição.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/11/auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao.htm> acessado em: 29/12/2016.

FERREIRA, José Gobbo. Ao cadete do meu exército. **Revista do Clube Militar:** a casa da República. Rio de Janeiro, ano LXXXVI, n.447, p. 06-07, nov./dez. 2013.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos.** Disponível em <http://www.fundacaolemann.org.br/quem-somos/> acessado em 15/03/2017.

GOMES, Rodrigo. **Ao massacre:** Justiça do DF autoriza uso de técnicas de tortura contra estudantes em ocupações. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/11/justica-do-df-determina-uso-de-tecnicas-de-tortura-contr-estudantes-em-ocupacoes-8772.html> acessado em: 25/12/2016.

GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO. **MBL recebeu dinheiro de partidos, mostram áudios.** Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000808183/gravacoes-revelam-que-mbl-recebeu-dinheiro-de-partidos.html> acessado em: 10/12/2016.

G1. **Manifestantes fazem novo protesto contra Temer em Florianópolis Segundo PM, 5,6 mil foram a ato iniciado na Av. Beira-Mar nesta terça (6).** Já a organização informou que 20 mil pessoas participaram. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/09/manifestantes-contr-temer-fazem-novo-protesto-em-florianopolis.html>

acessado em: 15/12/2016b.

JABOR, Arnaldo. **Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus.** Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/> acessado em: 19/12/2016.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MEGALE, Bela. **Odebrecht diz que caixa dois para Serra foi pago em conta na Suíça.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1827058-odebrecht-diz-que-caixa-2-a-serra-foi-pago-em-conta-suica.shtml> acessado em: 30/12/2016.

MOTA, Cristiane Lopes da. Olhares acerca do regime civil/militar em Santo Antônio de Jesus (1964-1970). In III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 3, 2012, Cachoeira/BA, **Anais... Tópicos Temáticos 2012.** [s. n.].

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo.** Niterói/RJ, vol. 20, p. 1-21, 2014.

MPF. **Caso Lava Jato:** entenda o caso. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> acessado em 02/12/2016.

O POVO. **Leandra Leal ironiza transmissão da Globo News; atores e cantores apoiam manifestação.** Disponível em: <https://goo.gl/q9y9IU> acessado em: 10/12/2016.

PRADO, Mateus. **Escola campeã do ENEM ocupa, ao mesmo tempo, 1º e 569º lugar do ranking:** A primeira colocada no ENEM não é uma escola, é uma artimanha jurídica que faz com que os alunos tenham suas notas computadas em duas listas diferentes. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/blogs/mateus-prado/campea-do-enem-e-ao-mesmo-tempo-a-escola-1-e-a-escola-569-do-brasil/> acessado em: 15/03/2017.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.

ROVER, Tadeu. **“Restrição à habitabilidade” contra estudantes, juiz autoriza uso de técnica de tortura usada pela cia.** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-nov-01/estudantes-juiz-autoriza-tecnica-tortura-usada-cia> acessado em: 29/12/2016.

SACRAMENTO, Marcos. **“O PMDB deu dinheiro, casa e carro para o MBL”:** ex-dirigente do movimento fala ao DCM. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-pmdb-deu-dinheiro-casa-e-carro-para-o-mbl-ex-dirigente-do-movimento-fala-ao-dcm-por-sacramento/> acessado em: 10/12/2016.

SALDAÑA, Paulo. **Uma em cada 5 escolas Top no Enem tem maioria de alunos 'importados'.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1819641-uma-em-cada-5-escolas->

top-no-enem-tem-maioria-de-alunos-importados.shtml acessado em 15/03/2017.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SEMLER, Ricardo. **Truque sujo no Enem**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/11/1829649-truque-sujo-no-enem.shtml> acessado em: 15/03/2017.

SEGALLA, Vinícius; LOPES, Pedro. **Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm> acessado em: 10/12/2016.

SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro**. 2015. 159. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

TEIXEIRA, Lucas Borges. **Como Jorge Paulo Lemann está investindo na educação para mudar o Brasil**. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/negocios/2016/08/como-jorge-paulo-lemann-esta-investindo-na-educacao-para-mudar-o-brasil/> acessado em: 15/03/2017.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto**; entenda o movimento. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> acessado em: 29/12/2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES. **Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista**: Depois de ocupar mais de mil escolas por todo país, 2016 chega ao fim com muitas conquistas dos estudantes e a certeza que em 2017 a luta continua. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/> acessado em: 30/12/2016.

UOL EDUCAÇÃO. **Dilma sanciona sem vetos lei que destina royalties para educação e saúde**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/09/dilma-sanciona-lei-que-destina-royalties-para-educacao-e-saude.htm> acessado em: 29/12/2016.

WIKILEAKS. **Brazil - Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal**. Disponível em: <https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html> acessado em: 27/12/2016a.

_____. **Rio's oil players react to speculation on pre-salt regulations**. Disponível em:

https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO288_a.html acessado em: 27/12/2016b.

_____. **Can the oil industry beat back the pre-salt law?** Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html acessado em: 27/12/2016c.

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/> acessado em: 02/12/2016.